

Folha Bancária

EDIÇÃO COMEMORATIVA DOS 90 ANOS • Nº 5 • ABRIL DE 2013



AUGUSTO COELHO

TEMPOS DE PRIVATIZAÇÕES E RESISTÊNCIA

■ Na década de 1990, em meio à luta para que direitos não fossem retirados, as palavras de ordem dos bancários eram “Fora FHC e FMI”

Esta é a quinta *Folha Bancária Especial* a resgatar os 90 anos de história do Sindicato. Esta edição abrange o período de 1993 a 2002 e mantém o mesmo visual do jornal da época. Retrata a década em que os trabalhadores brasileiros viveram uma tragédia, cujos principais desafios eram o desemprego, a privatização, o arrocho salarial e a precarização das relações trabalhistas, com ataques aos direitos estabelecidos na legislação.

O Brasil inicia e termina a década de 1990, auge do neoliberalismo, submetido às regras do FMI. Muitos sindicatos são obrigados a negociar perdas em troca do emprego. No caso dos bancários, o alto volume de demissões e o acelerado processo de terceirização colocaram os trabalhadores na defensiva.

Resistência – Empreendendo uma ampla atuação, que ia das “sardinhas” na frente das agências às negociações com o governo federal, passando por ações jurídicas e assembleias surpresas no local de trabalho (conhecidas como Kinder Ovo), o Sindicato buscou resistir e, ao mesmo tempo, ampliar direitos. E assim aconteceu. Apesar das dificuldades, o período também foi de

conquistas, como o vale-alimentação e a Participação nos Lucros e Resultados, fruto das campanhas salariais de 1994 e 1995, respectivamente.

Entretanto, os bancários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal foram excluídos desses direitos. O isolamento político a que o governo federal, sob a gestão de Fernando Henrique Cardoso, submeteu os trabalhadores do BB e da Caixa durante toda a década de 1990 foi um duro golpe no potencial de mobilização e luta da categoria. Os trabalhadores de bancos públicos saíram frustrados das várias greves deflagradas, cujos resultados eram reajuste zero e decretos do governo autorizando a demissão sem justa causa.

A greve após o real – Em 1996, apesar do esforço do Sindicato em negociar, os banqueiros e o governo FHC mantiveram-se intransigentes, levando a categoria à greve em 26 de setembro (foto acima). Além das ameaças para forçar os bancários aos contingenciamentos, uma nova forma de limitar o direito de greve passou a ser usada pelos bancos: os interditos proibitórios, instrumentos jurídicos que até hoje prejudicam a organização e mobilização da categoria.

Mesmo assim, as estratégias do Sindicato ampliaram o engajamento dos trabalhadores. Em 4 de outubro foi aprovada a proposta que assegurou PLR de 60% do salário + R\$ 270, reajuste salarial e abono de 45% do salário. Apesar de mais uma vez os bancos públicos federais serem excluídos das conquistas, a campanha resultou em significativos ganhos para a consolidação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Naquele momento, 70% dos

trabalhadores da base do Sindicato passaram a ser abrangidos por ela.

Banespa – Em 1999, Fernando Henrique Cardoso, começando seu segundo mandato após emenda que permitiu a reeleição, intensificou o processo de privatizações, aumentando os receios dos bancários do BB, Banespa e Caixa. Era o sinal do que ocorreria no final de novembro de 2000. Mesmo com a resistência dos banespianos, o Banco do Estado de São Paulo foi vendido ao Santander.

Foram seis anos de intensa mobilização dos bancários, desde 1994, quando o Banco Central decretou intervenção. FHC, para facilitar o processo de venda em meio à resistência dos trabalhadores, baixou uma medida provisória que remetia qualquer recurso à apreciação direta do presidente do STF, ministro Carlos Veloso.

Havia uma liminar que impedia a realização do leilão, mas foi cassada na

noite de domingo por Veloso, o que possibilitou a venda do banco para o Santander na manhã de 20 de novembro. Uma grande concentração ocorreu diante do edifício-sede, no centro de São Paulo, onde muitos bancários se emocionaram e choraram.

Década da esperança – Apesar de o início dos anos 2000 ter sido marcado pelo recrudescimento do processo de privatização, como a do Banespa, e pela sinalização de que vender a Nossa Caixa era questão de tempo, os bancários viam reascender a esperança de uma década que permitiria a retomada de direitos. Era a chegada do primeiro operário à presidência da República, representando a vitória de um novo projeto político para o país. O metalúrgico do ABC, Luiz Inácio Lula da Silva, tornou-se o primeiro presidente oriundo da classe trabalhadora, com apoio do movimento sindical.



Seis mil banespianos lotaram o encontro dos bancários em 1995, no Clube Banespa

ESDRAS MARTINS



■ Entrevista com Ricardo Berzoini

pág. 4

■ Manolo: a história do dirigente superlativo

págs. 2 e 3

■ Acompanhe a linha do tempo de 1993 a 2002

págs. 2 e 3



FORTALECENDO A DEMOCRACIA

Linha do Tempo (1993-2002)

O período de 1993 a 2002, auge da política neoliberal iniciada por Collor e consolidada nos governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, é retratado na linha do tempo desta quinta edição especial da *FB*, em comemoração aos 90 anos. Reajustes abaixo da inflação, privatizações, terceirização e a luta contra o desemprego marcaram a década de 1990. Nesse cenário, o Sindicato colocou-se como protagonista de (re)ações que fortaleceram o movimento sindical, apesar da tentativa de enfraquecê-lo. O período foi de resistência, mas de conquistas também, como a PLR e o vale-alimentação. A maior delas foi, provavelmente, a manutenção da CCT. Já no final da década, com a chegada de Lula à Presidência da República, uma nova fase, com ampliação do espaço para negociação e retomada de direitos, passa a fazer parte da realidade da categoria.

1993

A mobilização da campanha salarial foi difícil e os bancários de São Paulo decidiram pela greve (*foto*). A paralisação resultou em aumento de 37% acima da inflação para os pisos de caixa e 24% aos escriturários. Em paralelo, o Sindicato integra a Campanha Nacional de Combate à Fome, iniciada após Luiz Inácio Lula da Silva entregar a Itamar Franco uma proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar



1995

Bancários são a primeira categoria a conquistar Participação nos Lucros e Resultados (PLR) em acordo coletivo. Nesse mesmo ano, o governo lançou o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer) e adotou medidas severas de combate ao movimento sindical e social, como as passagens marcantes da perseguição aos trabalhadores na greve dos petroleiros e os massacres dos sem-terra em Corumbiara e Eldorado do Carajás



1999

Em 26 de agosto, acontece a Marcha dos 100 mil a Brasília (*foto*), considerada a principal manifestação movida até então contra a política neoliberal de FHC. No final de novembro, o governo decreta mais uma medida desfavorável aos trabalhadores: a Lei nº 9.876, que instituiu o fator previdenciário



2001

Atentados ao World Trade Center, nos Estados Unidos

2001

Em 16 de julho, já no final do segundo governo FHC, com o apoio do então governador paulista Geraldo Alckmin, um projeto de privatização da Nossa Caixa foi aprovado pela Assembleia Legislativa, o que será foco de luta dos bancários nos anos seguintes



1993

Em julho, o presidente Itamar Franco e o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, anunciaram a criação de um novo indexador, a URV (Unidade Real de Valor), que entraria em vigor em março de 1994 para ser substituído em julho pela nova moeda, o Real

1994

Lula liderava todas as pesquisas de intenção de voto, porém, o sucesso do Plano Real e o controle da inflação inverteram o jogo e FHC foi eleito no primeiro turno



1994

Os bancários conquistaram o vale-alimentação e o pagamento de adicional para os funcionários demitidos sem justa causa. Em dezembro, o país foi surpreendido pelo anúncio da intervenção federal nos principais bancos estaduais. Com isso os bancários iniciaram campanha contra privatizações (*foto*)



1996

Primeira greve da categoria desde a implantação do Plano Real, com participação do MST em solidariedade às lutas urbanas (*foto*). Nesse mesmo ano, foi criada a cooperativa habitacional dos bancários (Bancoop), com o objetivo de proporcionar aos trabalhadores a aquisição da casa própria

1997

Na campanha salarial desse ano, os bancários conquistam complementação salarial para afastados por doença ou acidentes; verba de requalificação profissional na demissão; criação da comissão permanente de saúde; além do programa de reabilitação profissional

1997

FHC dá continuidade ao processo de implantação das políticas neoliberais, além de patrocinar o agravamento da flexibilização dos direitos trabalhistas e das demissões em todo o país. Protestos não impedem, por exemplo, a privatização da Companhia Vale do Rio Doce



1998

FHC, por meio da aprovação da emenda que permitiria sua reeleição, assume novamente a Presidência da República

2000

Em fevereiro, a diretoria da Caixa baixou a norma RH 008 que autorizava a demissão sem justa causa de funcionários. Em fins de novembro, o Banespa foi vendido ao Santander. Nesse mesmo ano, apesar do cenário complicado, é incluída na CCT a cláusula sobre igualdade de oportunidades

2002

Em outubro, com a vitória do metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva para presidir o país, o cenário começa a mudar, com maior participação e mobilização dos trabalhadores nas lutas por conquistas e retomada de direitos

PERFIL



Manolo: um dirigente sindical superlativo em todas as artes

■ A história do bancário do Safra é emblemática dos trabalhadores que dedicaram boa parte de suas vidas e carreiras profissionais à luta pelos direitos da cidadania, igualdade e inclusão social

Filho de espanhóis que migraram para o Brasil, duas irmãs, o caçula de mãe católica praticante era ateu convicto, mas fez questão de batizar os filhos na igreja. A descrição define a personalidade de Manoel Castaño Blanco, diretor do Sindicato nos idos de 1990 e início deste século. Dirigente de personalidade forte, dedicado, Manolo empregava seu tempo a pensar e repensar meios geniais, quase nunca ortodoxos, de fazer a ação sindical virar notícia e se tornar efetiva. Técnico em eletrônica, tinha conhecimento e capacidade de pós-graduado em física, química, matemática, além de mestre em besteiro científico. Ninguém o venciam em conhecimentos "professorais" e, quando acuado, não usava qualquer pedagogia dos oprimidos. Em boa parte, venciam as polêmicas por desistência do contendor. Foi o primeiro colocado em concurso de poesia em espanhol do Colégio Miguel de Cervantes (y Saavedra, acrescentaria ele). Tocava violão, escrevia, compunha, versava ritmos. Foi pioneiro em rádio pirata. Tinha um exagerado gosto pelo brega, pelo cafoná, forrozeiro pé de valsa. Adorava o formato do Silvio Santos e suas pegadinhas (*foto*).

Assistia pregações de pastores evangélicos, Pânico, CQC, só para aprender novas técnicas de comunicação popular que agitavam as páginas da *Folha Bancária* em seus tempos de secretário de Imprensa e Comunicação do Sindicato. Criava tipos com enorme facilidade. Novelistas — em meio às mobilizações dos anos 1990, resolveu fazer um curso de técnicas de redação para literatura. Piadista fraco, curtia seus próprios trocadilhos e sabia rir de si para gozação silenciosa dos amigos. Seu primeiro sonho de consumo foi um apê da CDHU. Com 18 anos conseguiu um bom emprego no Banco Safra e logo ingressou no Sindicato, num momento de enorme turbulência interna, em 1988. Manolito transitou os anos noventa, de grandes ataques dos governos tucanos aos direitos dos trabalhadores, com criatividade e inovação. Escreveu inúmeras peças de teatro de rua para o Sindicato, recrutava a trupe dentre os próprios sindicalistas e tiravam dez em praça pública, para desespero de banqueiros e políticos como Maluf e FHC. Protestos memoráveis e fundamentais para as ações sindicais no período do neoliberalismo.

Motociclista, mecânico, consertava tudo. Lixeiro, recolhia na rua tudo o que pudesse ser aproveitado. Um dia apareceu com um cofre, noutro com um baleiro. Teve uma coleção de carros Gurgel. Mesmo adulto, curtia o escotismo — costume passado aos filhos — de onde aprendeu muitas técnicas, que fizeram seus amigos fundadores do PT darem-lhe o apelido de "magaiver" pelas invenções e improvisos. Agitador cultural perfeito. Organizou o último show de Raul Seixas na Quadra do Sindicato, montou concursos de poesias e contos, festivais de bandas, palpitou na formatação do Café dos Bancários, arrumava nomes perfeitos para tudo, sempre com alta dose de significado e semiótica (como ele mesmo dizia, "seja lá o que isso significa"). Pôs uma guitarra nas mãos do Lula, única foto que ostentava no quadro de avisos da sua sala. Sua capacidade para criar e mobilizar serviu como uma luva às secretarias Cultural e de Comunicação do Sindicato. Foi responsável pelo lançamento de inúmeros jornais que fizeram história, como o *Raios*, *Safrado*, *Ginko*, sempre fazendo trocadilhos com as campanhas publicitárias dos bancos.

Foram mais de vinte greves, cada uma com um nome de batismo: kinder ovo, indomada etc. Na campanha por mais segurança nos bancos, criou o mote que em outdoors pela cidade apelava: *Sr. assaltante, já que os banqueiros não se importam com a vida de bancários e clientes, poupe minha vida*. Desapegado, não tinha nenhum gosto em vestir-se bem, mas veio dele a proposta de exigir traje "esporte fino" em um baile de aniversário do Sindicato. Soube a hora de sair do Safra e do Sindicato, tornou-se assessor político, assistente na Bangraf, ajudou a reorganizar a Bancoop e apesar de turrão — para justificar o apelido de "espanhol" — sabia administrar conflitos. Mudou-se para Santos, optou por mais qualidade de vida e convivência com a família — a mulher Deborah, advogada do movimento sindical, e os filhos Beatriz e Diogo (*foto*). Em agosto de 2012, a poucos meses de completar 50 anos de idade, como estrela cadente cruzou o céu para sempre. A homenagem a Manolo é um tributo aos dirigentes sindicais e trabalhadores que fazem da vida essa incrível história dedicada às infindáveis lutas pelos direitos da cidadania.



A LUTA

GREVE DE 1996



“Foi muita tensão e polícia. Teve momentos que saiu pan-cadaria, mas em outros conseguimos segurar. Teve interdito proibitório no Itaú Unibanco do Patriarca. O banco colocou gente para dentro de helicóptero, gastando uma fortuna com isso. Você olhava a cidade e parecia cena do apocalipse com tanto helicóptero que tinha lá. Uma confusão terrível e quando deu 5 horas da tarde ligou o coordenador da Febraban para fazer a proposta e encerrar a greve.”

ASSEMBLEIAS “KINDER OVO”



“Foi fruto da nossa conclusão de que não dava mais para fazer o tradicional como nos anos 1980, que era panfletar no local de trabalho e esperar o pessoal ir na Quadra. Não dava mais. Como na época do neoliberalismo refluíu muito a presença em assembleias, nós, em 1994, passamos a fazer consultas no local de trabalho. Apesar de continuar fazendo as assembleias formais na Quadra, o que mais valia para nós eram as assembleias no local de trabalho. Parávamos todas as agências e chamávamos o pessoal para participar do debate no meio da rua. Mas explicávamos que não era greve, era assembleia, chamada de “Kinder Ovo”, aquela surpresa. E numa conjuntura neoliberal o Sindicato parecia que tinha ficado mais forte. Inclusive, o interdito proibitório começou em reação ao Kinder Ovo. Eu sempre disse uma coisa para a diretoria que eu reputo até hoje: nada substitui a presença no local de trabalho. Não adianta você ter jornal, prédio e auditório bonitos se você não tiver o reconhecimento do trabalhador.”

CAMPANHAS CRIATIVAS



“Quando acertávamos entre a reivindicação e o humor, repercutia na categoria como um todo. O sindicalismo fica árido com o tempo e se torna sempre o mesmo discurso. Então o show, o teatro e a música criam uma outra relação com a categoria.”

ENTREVISTA

Do restaurante ao Congresso Nacional

■ “Nenhuma escola ou faculdade permitiria aprender tanto como no Sindicato. A luta pelos direitos dos trabalhadores durante os anos neoliberais do governo FHC foi uma experiência única”



Ricardo Berzoini discursa em ato da CUT, em 1994



FOTOS DE EDRAS MARTINS E PAULO PEPE

Ricardo Berzoini ingressou no Banco do Brasil em 1978. A ideia inicial era conciliar o trabalho bancário com a faculdade, mas ele foi “ficando, ficando”. Na greve geral de 1983, que acabou com o Sindicato sofrendo intervenção, Berzoini iniciou de vez sua luta junto aos bancários na organização da greve no Centro de Comunicações e Serviços, conhecido como Cesec – atual Complexo Verbo Divino.

“A greve não deu certo, teve prisão de três companheiros e naquele período eu comecei a participar apoiando a resistência à intervenção no Sindicato. Em 7 de dezembro de 1984, quando fizemos uma greve de 24 horas no Banco do Brasil, eu fui um dos líderes da paralisação no Cesec. E conquistamos eleições para delegado sindical e para fiscal de restaurante”, conta.

E foi justamente para a função de fiscal de restaurante sua primeira eleição. Em 1985, foi eleito delegado sindical de base, função que se dedicou até 1988, quando passou a compor a diretoria do Sindicato. De lá para cá, a trajetória política de Berzoini passa pela presidência do Departamento Nacional dos Bancários da CUT, da Confederação Nacional dos Bancários (CNB, atual Contraf) e do Sindicato. Foi eleito deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) por quatro legislaturas e esteve ao lado de Lula na Presidência da República como ministro da Previdência Social e do Trabalho e Emprego. Esse ano, Berzoini completa 30 anos de militância no movimento sindical bancário.

A Convenção Coletiva Nacional foi conquistada na sua gestão na CNB? Como foi esse processo?

É importante lembrar que o grande defensor da negociação nacional foi o Luiz Gushiken, durante o seu período como presidente (de 1985 a 1988). Porém, naquele momento, faltavam ainda os instrumentos, pois não tínhamos, por exemplo, uma entidade nacional que representasse todos os bancários.

Trabalhávamos na época com a Contec, mas que já estava em um processo cada vez maior de conservadorismo. Então fundamos a CNB, o que representou o instrumento concreto para buscar a convenção nacional. E foi uma luta. O instrumento por si não é motivo de mobilização, pois muitos não tinham o grau de consciência para lutar por uma convenção nacional. Mas a direção estava convencida disso e fizemos muita pressão junto aos banqueiros para que eles acabassem concordando.

Como foi o início do debate sobre o papel do Sindicato Cidadão?

Chegamos à conclusão de que o Sindicato tinha de cumprir seu papel tradicional, como negociar condições de trabalho e salário, mas também deveria buscar cumprir um papel maior. Esse debate, inclusive, fazia parte do Sindicato na década de 1950, cujo objetivo era buscar maior politização do bancário com a sociedade.

Além disso, já tinha muita gente na categoria que atuava como voluntário ou agia em outros espaços, como nas universidades ou nos conselhos, debatendo a questão da saúde, educa-

ção e luta por creche. Por isso chamamos para dentro da entidade. Nessa época, o Sindicato se aproxima muito das associações de moradores de bairro, das favelas, das lutas por moradia.

E a parceria com o MST na histórica greve de 1996, como foi essa integração entre a luta urbana e rural?

Nós mantivemos uma aproximação com o MST no apoio à luta pela reforma agrária. Fizemos vários eventos e debates para a categoria que vive na cidade entender a importância do tema, o que não é uma tarefa fácil. Quando chegou no auge do governo FHC, fizemos movimentações para que a greve de 1996 fosse vitoriosa. No segundo dia de greve, estávamos na Rua Boa Vista quando uma coluna do MST veio descendo com sua militância para a surpresa de todos. E durante toda a paralisação eles nos auxiliaram.

E como foi a negociação com os banqueiros nessa greve?

A década de 1990 foi um período duro, mas também de afirmação do Sindicato. Em 1996, por exemplo, o objetivo deles era fechar a campanha com aumento abaixo da inflação. Fomos então para a greve e no sexto dia eles fecharam acordo com a Contec. Porém, tínhamos aprovado em assembleia que a greve continuava, pois o que a Contec havia aprovado não nos interessava. Nós corremos contra a informação. Toda a mídia dizia que acabou a greve dos bancários e a gente na porta dos locais de trabalho dizendo que não. E a greve continuou por mais quatro dias.

Quando eu fui votar na eleição, domingo de manhã, liguei um dirigente de um banco querendo conversar sobre negociação. Falei: Ué, mas vocês dizem que não tem greve. E ele começou assim: nós reconhecemos que a greve atingiu vários segmentos do sistema financeiro e queremos chegar a um acordo. Eu tinha os parâmetros da reivindicação na cabeça, falei os números e reivindiquei o pagamento dos dias parados. Ele falou que era muito e então respondi que a greve continuava na segunda-feira. Quando deu 5 horas da tarde, liguei o coordenador da Febraban para fazer a proposta e encerrar a greve. Fechamos um acordo muito melhor e desmoralizamos a tentativa deles de usar a Contec contra nós.

E não chegou ao ponto de ir para dissídio coletivo?

Esse foi um problema que não enfrentamos no meu período como presidente do Sindicato, mas enfrentamos quando eu presidia a CNB. Na época, conseguimos convencer os dirigentes de que o dissídio coletivo não era uma proteção para o trabalhador, mas para o capital. Eu até brincava que o juiz do Trabalho em sua maioria se identifica mais com o banqueiro do que com o trabalhador.

Foi nesse ano, em 1991, que eu fui preso. Na saída da Assembleia na Praça da Sé, quando eu atravessei a rua, a Polícia Federal veio e me levou lá para a Rua Piauí. Era a greve só do pessoal do BB e da Caixa. O Tribunal queria decidir e eu defendi em assembleia que enfrentássemos a decisão e mantivéssemos a greve.